Entrevista | **Márcio Monteiro**

Secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul

Secretário vê gravidade da crise e elenca ações feitas pelo Estado para ajudar na economia

No sábado (20), o Diretório Regional do PSDB reconduziu o deputado federal licenciado Márcio Monteiro para presidir o partido, missão que será cumprida em paralelo com a administração da Secretaria de Estado de Fazenda. A gestão estadual, aliás, é vista como prioridade em meio aos debates que levam os tucanos e seus aliados a discutirem 2016. Conforme Monteiro, Mato Grosso do Sul aguarda os desdobramentos da crise antes de tomar medidas mais intensas. "Temos de aguardar para ver como vai se comportar a macroeconomia, para darmos passos mais largos. Hoje, estamos com passos curtos, mas firmes", sintetizou.

Monteiro avaliou que, embora a crise não se faça sentir como as que atingiram o Brasil em anos anteriores –nos tempos da hiperinflação e desemprego acentuado–, é necessário cautela. Mesmo assim, foi possível tomar medidas como a redução do ICMS do diesel de 17% para 12%, algo que, como destacou o secretário, deverá se irradiar para outros setores. Com cautela, o Estado também estuda ações como a desoneração da energia elétrica –sem prazo para sair do papel– e meios de recuperar parte da dívida ativa. O secretário descarta a aplicação de Refis por "punir" quem se manteve adimplente.

Por Humberto Marques

'O momento é de alerta'

Saul Schramm

O Estado – **Completam-se seis meses de uma gestão que começou com o apontamento de dificuldades financeiras e auditorias. A situação é preocupante como em 1º de janeiro?**

Márcio Monteiro – Temos um cenário macroeconômico que faz com que todos estejamos em alerta neste primeiro momento. Quando assumimos o Estado, nos deparamos com situações que não esperávamos, isso de certa forma está concebido, e as providências para os ajustes foram feitos, mas acrescendo a isso temos a crise econômica, que todos os segmentos sentem intensamente. O Estado é o primeiro a receber o impacto, que é justamente no crescimento da economia e que diretamente afeta a arrecadação do Estado. Temos na Secretaria de Estado de Fazenda e Controle um trabalho muito intenso, o governador Reinaldo Azambuja tem sido muito austero nisso e buscado equilíbrio de forma muito criteriosa, sem nenhuma margem que possa extrapolar ou fazer uma proposta nova para o Estado. Temos de aguardar para ver como vai se comportar a macroeconomia, para darmos passos mais largos. Hoje, estamos com passos curtos, mas firmes.

O Estado – **A crise é tão profunda quanto vem sendo desenhado?**

Monteiro – Penso que o país já viveu crises menores e maiores. Sou de uma geração que entrou no mercado como força ativa de trabalho quando havia inflação alta. Vivemos uma instabilidade econômica, mas digo que, se pudermos comparar com o passado, ainda temos estabilidade. Mas o momento é de alerta. A crise existe, mas ela é de estado e espírito, e não podemos deixar que essa parte tome conta. Não é porque vivemos uma crise econômica que vamos baixar a cabeça e esperar passar. Ao contrário, temos de erguer a cabeça, buscar alternativas, o empresário deve buscar inovar, os governantes buscarem mecanismos para que possamos vencer e não estarmos em inércia até pegar embalo de novo, que não se sabe a hora que vai ser. A crise existe, o país vive um momento delicado, mas, mais do que nunca, a administração pública tem de ter responsabilidade.

O Estado – **A crise já levou ao corte de investimentos?**

Monteiro – Estados como o nosso são muito dependentes de investimentos do governo federal, até porque a receita do país está concentrada lá. Quando falamos em queda de investimento, estamos diretamente lincados à indisposição do governo pelas circunstâncias de fazer investimentos nos Estados. Os grandes projetos que todos os Estados têm, exceção de São Paulo e talvez do Paraná e de Minas Gerais, dependem dos grandes investimentos da União. Aqui, nas rodovias, que buscam um modelo de privatização que possa atrair investidores; a ferrovia, a Ferronorte, tão divulgada pelo governo e necessária para a economia do país, na qual o agronegócio tem sido suporte para equilibrar a balança comercial. Todos os investimentos dependem da atração de investidores, e isso não tem o governo como financiador. Esse é o grande impacto que o Estado sente. Os grandes programas habitacionais tinham como fonte de recursos o FGTS. Os recursos desse fundo, pelo que parece, estão extremamente comprometidos com ações até irresponsáveis de governos do passado, e não têm mais fôlego para investir agora.

O Estado – **A redução da alíquota do ICMS do diesel de 17% para 12% busca fomentar a atividade comercial, mas fragiliza os cofres do governo. Essa equação vai se equilibrar?**

Monteiro – Temos essa discussão no Estado há mais de 20 anos. O Sindipetro, transportadores, distribuidoras, os produtores rurais e o grande consumidor sempre atribuíram ao imposto que o Estado cobra como entrave. Por cinco meses, fizemos um estudo intenso com todos os segmentos organizados, e tivemos entendimento para que o Estado encaminhasse o projeto de lei baixando o imposto de 17% para 12%, ou seja, 30% de redução do imposto de diesel por um período de seis meses, de 1º de julho a 31 de dezembro, para que os mesmos segmentos que atribuíram à alta alíquota do diesel os problemas possam compensar isso com o aumento do consumo. Era grande o apelo do setor, pegar todos esses postos rodoviários totalmente comprometidos. Não temos a convicção de que esse consumo aumentará espontaneamente, vai precisar de esforço muito grande do setor, e um compromisso que eles assumiram para o Estado. Primeiro, que a diferença vai refletir na bomba. Não faz sentido baixar o imposto e isso não chegar ao consumidor final. Isso acontecendo, acreditamos que o consumo aumenta e equilibra a diferença. Claro que no primeiro momento haverá perdas, mas se consolidar incremento de venda, de consumo em médio e longo prazo, o Estado ganha. Então essa é a audácia que o governador Reinaldo teve, com o subsídio da Secretaria de Fazenda, para fazer essa operação por seis meses, atingindo índice, e com o setor comprometido com o governo estenderemos a partir do ano que vem. Se não manter, fica perdida a grande oportunidade que tivemos, uma luta de mais de 20 anos, ou comprovado que este não era o problema.

> Não é porque vivemos uma crise econômica que vamos baixar a cabeça e esperar passar. Ao contrário, temos de erguer a cabeça, buscar alternativas

> Não faz sentido baixar o imposto e isso não chegar ao consumidor final. Isso acontecendo, acreditamos que o consumo aumenta e equilibra a diferença

O Estado – **Outras políticas de desoneração estão previstas?**

Monteiro – Não. Essa foi uma decisão que o governo tomou e que atinge a todos os segmentos. Recebemos constantemente solicitações de setores organizados, áreas que são dependentes do diesel. Essa desoneração vai atingir a todos, uns com mais intensidade e outros com menos, mas todos serão beneficiados. Até porque a logística nossa é rodoviária, e o óleo diesel é altamente consumido. Estamos diretamente atingindo comércio, atacadistas, distribuidores, agricultura. Temos colheitadeiras que consomem 70 litros de diesel por hora, com dez horas de trabalho são 700 litros por dia. Multiplique por R$ 0,15, que é a estimativa de queda no preço, e serão quase R$ 100 por dia, no fim do mês são R$ 3 mil. E falo da colheitadeira, mas tem o trator, o caminhão. Em todos os setores, a empresa que traz o papel do jornal, que leva alimento ao supermercado, todo o segmento é beneficiado por isso. É diferente de desonerar um determinado produto ou segmento, que é muito mais difícil. Há um estudo, que ainda não está concluso e talvez não seja aplicado neste momento, que é desonerar a energia elétrica, parte dela, o que também atingiria a todos os segmentos, pois é um insumo que uns usam mais e outros, menos. É nessa linha que o governo trabalha. Nada de fazer exclusivamente para um produto ou mercadoria, exceto incentivos para indústrias.

O Estado – **Ao analisar as contas do governo estadual nos últimos anos, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) vem recomendando a adoção de políticas para reduzir o estoque da dívida ativa, que inclui muitas vezes "dívidas podres" de empresas já falidas. Estuda-se um Refis ou algum esforço para buscar esses recursos?**

Monteiro – Tanto a Sefaz como a Procuradoria-Geral do Estado estão montando mecanismos mais eficientes para a cobrança, sem nenhum projeto de fazer Refis. O governador Reinaldo já deixou claro que é contra ações dessa natureza, e comungamos dessa ideia de que não podemos criar a cultura de beneficiar o mau pagador. Não existe isso. Vamos intensificar e aprimorar os mecanismos para cobrança da dívida ativa, até porque "dívida podre" não se resolve com Refis. Estamos montando estrutura e organizando sistema para ser mais efetiva na cobrança da dívida ativa do Estado.

O Estado – **Em Brasília se discutem hoje os projetos de reforma tributária envolvendo a redistribuição do ICMS e o Pacto Federativo. Acredita que, nestes quatro anos, haverá respostas à Justiça tributária que tanto cobram?**

Monteiro – É uma discussão conflitante para os Estados. O que é bom para um, necessariamente não é para o outro. A reforma não ocorreu até hoje em virtude disso. Mato Grosso do Sul tem um dos grandes programas de incentivo e industrialização, se não for o melhor do programa do país é um dos melhores, razão pela qual conseguimos atrair grandes indústrias. Em um momento de crise há investimento de R$ 8 bilhões da Eldorado, mais R$ 7 bilhões da Fibria, que nenhum outro Estado está tendo. Para nós é ganho, mas ações dessa natureza não são bem vistas por outros Estados. Mas também temos de entender que temos Estados extremamente privilegiados por outras questões. Todos os do litoral são contemplados, muitas vezes, com bacias de petróleo e portos, que não temos. Não temos essas oportunidades de trazer desenvolvimento, de gerar emprego. Então essa discussão de reforma tributária é um pouco mais distante em virtude disso. Lógico que precisamos de um ponto de equilíbrio, mas de maneira alguma igualar ou fazer uma reforma apenas com o ICMS, que é o que se discute. Tem de discutir outros tributos, especialmente em relação ao governo federal, que detém hoje 63% de toda a carga tributária do país. E isso não estão querendo pôr na mesa. É mais fácil sugerir dos outros, falar em reforma e guerra fiscal, do ICMS, mas ninguém trata das contribuições que o governo quer criar agora, do IPI, do Imposto de Renda, enfim, de tudo o que compõe a base. O que é para o Estado pagar, todos topam, mas atingir o bolso do governo federal... É inconcebível município ter de pedir recurso da União para comprar motoniveladora, ambulância. Isso é despropósito. O governo federal tinha de pensar na logística da energia, no abastecimento de combustíveis, em portos, políticas ambientais, coisas macro. Mas concentra tanto que qualquer município para comprar uma ambulância faz projeto e pede ao governo. Tinha de distribuir de forma diferente.

Perfil

Nome: Márcio Campos Monteiro
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ), em 21 de novembro de 1956
Formação: Direito, pela Fucmt (Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso)
Atuação: prefeito de Jardim entre 1997 e 2004; secretário adjunto de Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia (2007 a 2010), deputado estadual entre 2011 e 2014; eleito deputado federal em 2014, licenciando-se do mandato em fevereiro deste ano para assumir a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; presidente regional do PSDB.
Ocupação atual: secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul e presidente regional do PSDB.